

DO HORIZONTE ORGÂNICO AO HORIZONTE C: POR UMA ONTOLOGIA NA AGROECOPEDAGOGIA¹

ÓSCAR EMERSON ZÚÑIGA MOSQUERA²

RESUMO

Autodefinida como discurso emancipador que contribuiria na resolução dos problemas socioambientais causados pelo modelo de desenvolvimento capitalista, a agroecologia emergiu na América Latina pelas mãos de uma nova episteme ecológica e um forte vínculo às pedagogias emancipatórias e libertárias. Não obstante, quando se analisa a agroecologia e a formação de agroecólogos, outras questões precisam ser levantadas à luz de uma arqueogenealogia; por exemplo, desde a filosofia da educação as práticas repassadas pela agroecopedagogia transcendem tanto as técnicas agropecuárias como as didáticas pedagógicas. Entendemos as práticas pedagógicas da agroecopedagogia como um solo cujo pedon é formado de camadas que vão, para falar como a pedologia, da mais superficial e importante para a agricultura, o horizonte O, até a camada substancializadora das formações discursivas, o horizonte C. Deste modo, a pesquisa problematiza as práticas agroecopedagógicas no contexto da ecogovernamentalidade e destaca a ontológica política como uma dimensão a ser explorada pelo movimento agroecológico.

PALAVRAS-CHAVES: *Agroecologia. Deleuze. Ecogovernamentalidade.*

¹ Trabalho submetido em 05/10/2018 e aprovado em 26/04/2019. Para citar este artigo: MOSQUERA, O. E. Z. Do horizonte orgânico ao horizonte C: por uma ontologia na Agroecopedagogia. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 34, n. 2, jan./jun., 2019. DOI: 10.33148/CES2595-4091v.34n.220191784. Disponível em: <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. Acesso em: dia mês, ano.

² Engenheiro Agrônomo formado pela Universidad Nacional de Colombia, doutor pela Universidade Federal de Pernambuco com estágio doutoral na Universidad de Córdoba (Espanha) Pesquisador, UFPE, professor visitante UNAD-Colombia. E-mail: oscar.emersonzuniga@ufpe.br. Pesquisa de doutorado financiada pela CAPES.

DEL HORIZONTE ORGÁNICO AL HORIZONTE C: POR UNA ONTOLOGÍA EN LA AGROECOPEDAGOGÍA

RESUMEN

Auto-definida como discurso emancipador que contribuiría en la resolución de los problemas socio-ambientales causados por el modelo de desarrollo capitalista, la agroecología emergió en América Latina de las manos de una nueva episteme ecológica y un fuerte vínculo a las pedagogías emancipadoras y libertarias. No obstante, cuando se analiza la agroecología y la formación de agroecólogos, otras cuestiones necesitan ser levantadas a la luz de una arqueogenealogía; por ejemplo, desde la filosofía de la educación las prácticas repasadas por la agroecopedagogía trascienden tanto las técnicas agropecuarias como las didácticas pedagógicas. Entendemos las prácticas pedagógicas de la agroecopedagogía como un suelo cuyo pedón está formado por capas que van, para hablar como la pedología, de la más superficial e importante para la agricultura, el horizonte O, hasta aquella que substancia las formaciones discursivas, la capa C. De este modo, la investigación problematiza las prácticas agroecopedagógicas en el contexto de la ecogobernamentalidad y destaca la ontología política como una dimensión a ser explotada por el movimiento agroecológico.

PALABRAS CLAVES: *Agroecología. Deleuze. Ecogobernamentalidad.*

FROM ORGANIC HORIZON TO HORIZON C: FOR AN ONTHOLOGY IN AGROECOPEDAGOGY

ABSTRACT

Self-defined as an emancipatory discourse that would contribute to solving the Socio-Environmental problems caused by the capitalist development model, agroecology emerged in Latin America through the hands of a new ecological épistème and a strong link to emancipatory and libertarian pedagogies. Nevertheless, when analyzing agroecology and the formation of agro-ecologists, other questions need to be raised in the light of an archaeogenealogy; for example, from the philosophy of education the practices passed on by agroecopedagogy transcend both agricultural techniques and pedagogical didactics. We understand the pedagogical practices of agro-pedagogics as a soil whose pedon is formed by layers that go, to speak like pedology, from the most superficial and important for agriculture, the horizon O, to that which substantiates the discursive formations, the C layer. In this way, the research problematizes the agro-pedagogical practices in the context of the ecogovernamentalidade and highlights the political ontological as a dimension to be explored by the agro-ecological movement.

KEY-WORDS: *Agroecology. Deleuze. Ecogovernamentalidade.*

1 INTRODUÇÃO

Este texto é a continuação de um diálogo entre a filosofia da educação e a agroecologia iniciado nas pesquisas sobre as práticas pedagógicas deste novo paradigma científico. Não se trata de um encontro visando a relação interdisciplinar entre o campo das ciências humanas e as ciências agrárias, pelo contrário, é um experimentar transdisciplinar que invoca potências emergentes na área da educação como uma forma de dar resposta a inquietações ontoexistenciais surgidas da errância pelo ambientalismo, pelas agriculturas alternativas e pela agroecologia.

Em pesquisas anteriores apresentamos um conjunto de estudos evidenciando algumas tendências no campo da agroecologia. De forma dominante os estudos agroecológicos são abordados desde as ciências naturais e desde um enfoque estruturalista crítico. De tal forma que as discussões se circunscrevem de maneira abrangente a aspectos metodológicos, adaptativos e epistemológicos. Em geral, as discussões do tipo ontológico são negligenciadas ou pouco destacadas dentro da ampla produção acadêmica da agroecologia. No entanto, ao nos questionar pelas relações de poder que atravessam nosso objeto de pesquisa, especificamente ao vincular as práticas agroecopedagógicas com uma ecogovernamentalidade, a investigação nos levou a perguntar pela importância de refletir pelo ser das coisas que a agroecologia diz tomar como base ou fundamento para sua realidade.

Assim, inicialmente descrevemos o espaço da agroecologia com a qual temos interesse em dialogar, seguidamente delimitamos e convocamos as forças que nos permitem falar de uma espiritualidade no campo da agroecologia. Finalmente localizamos o território que a nosso ver pode ser possuído por virtualidades em função de uma experiência do cuidado de si. Se trata, contudo, de um olhar não hegemônico dentro da agroecologia que leva a uma leitura singular e que pretende contribuir ao problematizar alguns jargões naturalizados nesta nova ciência, prática e movimento social, a qual acreditamos é vital para mundos por-vir.

2 TERRITÓRIO AGROECOLÓGICO E ECOGOVERNAMENTALIDADE

A escolha por uma ontologia política que dialogue com o território agroecológico perpassa por uma contextualização sobre as tensões atuais que esta nova ciência vivencia. Na esteira das análises que destacados especialistas no tema vêm apresentando se encontra um ponto em comum: a agroecologia aparece como alvo de

apropriação pelo agronegócio na virada de um capitalismo verde. Este tipo de análise constitui uma centralidade nas discussões e substancializa um modelo interpretativo da realidade que é reforçado por fatos como a incorporação da agroecologia e as agriculturas alternativas por parte de empresas artífices do sistema agroalimentar dominante. Ditas transnacionais dos alimentos operariam sobre a lógica de se apropriar do discurso agroecológico ofertando produtos e serviços engajados dentro de uma agricultura ecológica e sustentável, aproveitando-se assim da sensibilidade aberta pelos movimentos ambientalistas desde a segunda metade do século XX emergente, curiosamente, contra as próprias multinacionais da Revolução Verde e do sistema agroalimentar.

Ante esta apropriação por parte do capitalismo verde a agroecologia parece encontrar-se num ponto crítico para sua permanência como discurso contra-hegemônico. Ao permanecer como contraproposta à Revolução Verde o movimento agroecológico insiste na disputa pelo sentido da sustentabilidade como horizonte utópico da sociedade que permitiria salvar a humanidade e a natureza da crise ecológica à qual uma outra humanidade abstrata e transcendental tem levado ao ponto de emergir uma era geológica conhecida como antropoceno. Na tentativa de continuar disputando um espaço emancipatório do discurso da sustentabilidade, a agroecologia no Brasil insiste na identidade de ciência, movimento social e prática, visibilizando com isto outros enunciados herdados das lutas dos movimentos sociais como a reforma agrária, a soberania alimentar e os circuitos curtos de comercialização.

Na dimensão epistemológica, a agroecologia se desmonta das agriculturas alternativas através da materialização de uma crítica à ciência convencional, instituindo-se como um novo paradigma dentro do campo da complexidade e veiculando os dispositivos de assujeitamento presentes no sujeito ecológico. Por conta deste movimento, que em outro momento denominamos de agroecopedagogia (ZÚNIGA, 2018) a agroecologia visibiliza conceitos fundadores para um olhar mais apurado dos processos nos sistemas produtivos, com os quais os agroecólogos adquiririam uma visão de totalidade diferenciada dos outros profissionais das ciências agrárias formados sobre o paradigma convencional (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2009; KHATOUNIAN, 2001). De forma coerente, a proposta educativa da agroecopedagogia articulou uma estratégia emancipatória na formação dos profissionais amparada na integralidade das ciências naturais e as ciências humanas. Não obstante o inovador que isto pode resultar no campo das ciências agrárias, ativando as tensões entre a ciência normal e o novo paradigma, a fórmula no próprio campo da filosofia da educação é alvo de tensões. Se bem é certo que as humanidades

tem se (auto) conferido um poder tal de libertação, nelas existe um singular eixo articulador do saber-poder que demanda uma análise ontológica (FOUCAULT, 2006). Dito de outra forma, se a agroecologia apelou em seu projeto epistemológico a um discurso supostamente subversivo das ciências humanas, então ela foi colocada num outro cenário de tensões e discussões da qual parece não dar conta. Daí que no diálogo com os Estudos Culturais, concordamos com Hall quando afirma que o cenário posto desde os Estudos não é da ordem liberdade-restrição, mas que passamos de *um modo de regulação a outro* (HALL, 1997).

Sob esta mesma perspectiva, quando se analisa a agroecologia e a formação de agroecólogos outras questões precisam ser levantadas à luz de uma arqueogenealogia. Uma delas é a de que desde o ponto de vista educativo as práticas repassadas transcendem tanto as técnicas agropecuárias como as didáticas pedagógicas. Do que se trata é de práticas de assujeitamento que criam identidades pessoais e profissionais em diferentes espaços e níveis da educação. Desse modo, na educação formal ou não-formal, nas oficinas para comunidades rurais ou nos centros de pensamento altamente especializados para a formação de professores e pesquisadores agroecólogos (o que chamamos *Think Thanks*) o que está posto como cenário é uma construção onto-epistemo-existencial que consegue veicular toda uma matriz ecológica na construção de assujeitamentos. Efetivamente, a formação veiculada pela agroecopedagogia não procura simplesmente dotar de novos conceitos, novas ferramentas didáticas ou criar um maior nível de conscientização, pois do que se trata é de colocar em diálogo direto ao indivíduo com o campo ambiental no intuito de formar um sujeito ecológico.

A nosso ver, a figura do professor agroecólogo substancializa um sujeito ecológico e materializa um campo ambiental, pelo qual deve ser considerada um fator relevante no território agroecológico. De tal forma, delimitamos uma figura do professor agroecólogo derivada de um pensamento romântico guiado por um ideal de sociedade que luta contra a unidimensionalidade da razão como projeto humano, o individualismo social, o consumo massificado e destrutor instalado pelo capitalismo; diga-se, é uma luta contra a opressão e enagenamento por parte de uma sociedade moderna, racional e capitalista.

Não obstante, à importância desta discussão na dimensão epistemológica da agroecologia, propomos um olhar que parte da analítica do presente proposta por Foucault (2006) e desta forma fazemos uso da noção de ecogovernamentalidade (ZÚÑIGA, 2018) como chave de leitura para descrever o que entendemos como a disputa no território agroecológico. Deslocar a disputa do campo do capitalismo

verde para a ecogovernamentalidade, é passar das análises econômicas e das relações de produção para uma analítica do poder e da produção de subjetividade, o qual nos permitirá argumentar pela necessidade de uma ontologia política. Assim, é no contexto da liberdade controlada definida pela ecogovernamentalidade que gostaríamos de discutir a emergência das agriculturas alternativas e, entre elas, especificamente, a agroecologia.

Na globalização, a ecogovernamentalidade vem mobilizando através das práticas educativas de cunho ecológico uma narrativa auto-legitimadora de mudança socioambiental em escala ampliada, incorporando e reformulando não apenas as noções clássicas de sociedade civil, democracia, economia e propriedade privada, mas também o próprio sentido da ação social (LEFF, 2001). Na ecogovernamentalidade é possível encontrar o medo sendo veiculado no apocalipse ambiental, no fim das espécies, em misteriosos meteoritos que farão explodir a terra num futuro distante e, recentemente, na mudança climática (ZÚÑIGA et al, 2015). Assim, existe uma correlação entre o Estado, a população, o liberalismo e a política do medo que permitiria explicar o fato de nossa sociedade estar ausente de projetos transformadores estruturais. Como resultado, o problema da segurança ambiental adquire uma visibilidade jamais vista nas formas em que o poder político se concretiza nas sociedades; um problema que passa a ser incorporado pelas políticas institucionais do Estado e cuja expressão mais evidente é a constatação consensualmente reiterada de que vivemos uma “crise ecológica” global. Diante disto, não é algo casual que, nas últimas décadas, o investimento discursivo na relação homem-natureza demande alterações significativas na compreensão teórica e prática da educação. Essa situação se materializou na formalização da Educação Ambiental, e, atualmente no país, de forma mais poderosa nas práticas pedagógicas da agroecologia, tendo implicações na produção e reprodução pedagógica de um sujeito ecológico.

Desse modo, o dispositivo ecológico coloca novos desafios para a educação e os movimentos sociais. Isso não apenas em termos didáticos ou pedagógicos, mas principalmente filosóficos, tendo em vista a colocação em cena de uma nova perspectiva acerca de como o ser humano pode vir a se tornar um verdadeiro ser humano, enquanto sujeito ecológico, numa relação fundante com a natureza, ela mesma, apreendida como uma forma mitificada de subjetividade. Dito de outra forma, os desafios diante do novo paradigma ecológico apontam a compreender o alcance de novas formas de governo das condutas das populações e, principalmente, das possibilidades de resistência diante delas. Entendemos as práticas pedagógicas da agroecopedagogia como um solo cujo pedon é formado

de camadas que vão, para falar como a pedologia, da camada mais superficial e mais importante para a agricultura, a camada O, até a camada substancializadora, isto é, a camada C nas formações discursivas. É assim que operando a noção de ecogovernamentalidade pode-se tensionar os princípios da própria agroecologia, mas principalmente, decifrar a forma de operar desta nova forma de poder no nível não só do horizonte orgânico do território delimitado, mas ao um nível da rocha-mãe, isto é, da ontologia.

2.1 O HORIZONTE C NAS CAMADAS DA AGROECOPEDAGOGIA: UMA ONTOLOGIA POLÍTICA

Começemos então por localizar brevemente o lugar que ocupa a ontologia no pensamento filosófico. Nosso objetivo é introduzir uma ontologia que ao se perguntar pela natureza (que de forma mais restrita constitui a base epistemológica da ecologia, da agroecologia e do ambientalismo), pelo homem (seja como sujeito ecológico ou como professor agroecólogo) e pela relação entre o homem e a natureza, retome as linhas de uma política do ser ou uma ontologia politizada. Assim, ao falar de ontologia seguimos a classificação de Abbagnano (1994) que a localiza num terceiro período da filosofia grega depois dos estudos cosmológicos e antropológicos e antecedendo os períodos éticos e religiosos.

O problema que evidenciamos na agroecologia é a constituição de um imperialismo ontológico dominado pela essência particular do homem (de herança aristotélica) em detrimento de outras formas de conceber o ser como as pré-socráticas, orientais e ameríndias (formas de multiplicidade aberta por Deleuze). Assim, ante o suposto domínio hilemórfico do homem, o que resiste é uma concepção do ser vinculado ao animismo, o que nos interessa destacar aqui se traduz como a explosão do *edos* na matéria levando à univocidade dos entes, aliás, a uma ontologia onde homem e natureza seriam um só (RODRIGUES, 2003). Em virtude disto, o animismo é apagado pela ciência que objetifica as coisas, as singulariza e desta forma as universaliza em função do progresso, da economia e da dominação. Em relação ao animismo, Rodrigues (2003) diferencia duas formas em que ele é apresentado nos povos primitivos; de um lado o animismo que antropomorfiza todos os seres e, de outro lado, o chamado perspectivismo que articula séries naturais e sociais. Já em Deleuze o ser também libertado das amarras essencialistas e existencialistas, dos processos de assujeitamento, se torna uma vacuidade preenchida de virtualidades que podem se transformar

em real; dito de outra forma, o sujeito só existe como potência, como força transformadora. Assim, a natureza é em Deleuze “local de produção de princípio imanente, potência do diverso, criação e metamorfose” (RODRIGUES, 2003, p.320), isto contrapõe a natureza como velo que precisa ser rasgado, mas aquilo que rasga o sujeito do ser.³

Ainda enquanto a utilidade desta abordagem ontológica na agroecologia, precisamos murmurar algumas ideias. Se a ontologia interpela o ser da natureza, assim mesmo, em função de problematizar as práticas agroecopedagógicas e o professor agroecólogo, devemos então continuar escutando o que questiona Deleuze no ser do homem. Retornemos a *Mil plátos*, especificamente às lembranças do feiticeiro. Se o homem devir-animal então podemos também pensar a potência da virtualidade animal devir a realidade humana, um devir animal homem, da mesma forma que podemos falar de um devir homem pela mulher e pela criança. Se trata, nos dizem vários autores, de um ato antropofágico próprio daquilo que não é humano, que leva a constituir uma ontologia antropofágica ou a antropofagia como forma de ser que emerge como resistência ante o declínio da prática literal de “comer o outro” (GODDARD, 2016). Esta assimétrica compreensão do humano é retomada por Viveiros de Castro (2010) sobre um texto da antropologia estrutural onde se narra o interesse dos espanhóis por conhecer se os índios das Américas teriam alma, mas o curioso, destaca o antropólogo, é o interesse dos índios em saber se os espanhóis eram possuidores de corpo, pois a existência da alma dentro do sistema de pensamento indígena era inquestionável. Escavemos ainda mais.

Voltando sobre este ponto, o que significa que o índio coma o colonizador? É ver o mundo com os olhos do inimigo. Assim comer o outro é estabelecer uma subjetividade desterritorializada e que no caso aqui específico das práticas agroecopedagógicas e do professor agroecólogo pode devir uma multiplicidade enquanto sejam comidas pelo índio, pela floresta, pelo animal e pela terra. Consequentemente, uma agroecologia interpelada pela ontologia política operará como um corpo sem órgãos entravando os processos de assujeitamento, de exploração e de dominação disto que ainda chamamos, e insistimos em separar, de homem e natureza.

É esta ontoexistencialidade deleuziana que pode contribuir para pensar uma agroecologia mediada pela ideia do devir, um devir-animal, ainda presente no mundo

³ Sobre esta consideração entende-se, por um lado, a inconveniente, ou pelo menos, inessária separação entre ecossistema e agroecossistema, e, de outro lado, a dificuldade que teria a agroecologia de operar sem esta separação, que aliás seria a única artificialidade existente.

rural latinoamericano. O que faz com que as práticas agroecopedagógicas negligenciem este mundo devir-animal das comunidades rurais fala também da sua incapacidade de pensar uma educação diferente ou uma educação da diferença. Curiosamente essa educação diferente e da diferença também problematiza a coerência epistemológica de uma interdisciplinariedade tão destacada nos discursos agroecopedagógicos que oblitera não só a reflexão ontológica, mas também a reflexão ética, cosmológica e religiosa, em outras palavras, suspende a ideia de um cuidado de si na formação agroecológica.⁴ Ao considerar as discussões fornecidas pela ciência do ser, acreditamos que quem identifica e coloca em evidência seus postulados ontológicos com os quais opera ética e epistemologicamente expressa uma posição política com maior clareza e fundamento para articulações políticas minimamente coerentes com alguns dos enunciados da agroecologia.

Assim, é interessante analisar como a educação que estamos aqui debatendo fundamenta-se numa natureza como dada, *a priori*, que precisa ser desvelada ou revelada e quando metaforizada (com enunciados reencantadores) a natureza não passa de ser instrumentalizada para fins transcendentais. Por essa razão, devemos concordar com Smith ao reafirmar o sentido político das imagens com as que se representa a natureza:

A natureza é aquela coisa indomável que é separada da humanidade, agora enclausurada atrás das muralhas das cidades e vilas formadas por estradas. Ou a natureza é aquele lugar belo e idílico para onde nos refugiamos ou que nós, pessoas generosas que somos, vamos limpar como se a Mãe Natureza fosse uma velha decrépita que não pode mais se limpar ou - para quem são bons, mas muito ocupados - pagamos a alguém para limpá-la em nosso nome. O problema com essas imagens não é que haja falta de relação entre a humanidade e a natureza; em qualquer forma que essas imagens possam coalescer, já existe uma relação e uma relação particularmente política (SMITH, 2010, p. 105).

⁴ Talvez, ante uma afirmação deste tipo, que evidencia um empobrecimento da formação universitária e do que fazer da pesquisa a favor de uma ideologização ecológica, sejamos cobrados de *ir além* da doxa e apresentar fatos e dados concretos. Duas coisas podem ser colocadas a respeito. A primeira é o estado da arte dos estudos vinculados ao tema agroecológico onde, existe uma forte tendência pelo viés técnico e monodisciplinar. A segunda é possível de extrair das repostas sobre a formação ética de vários dos professores e professoras de agroecologia entrevistados no contexto desta pesquisa.

Em outras palavras, sair do preconceito de uma natureza dada ou metaforizada e entrar na prática de pensar o que estamos construindo social e politicamente. Daí a importância de uma leitura ontológica da natureza, pois ela pode fornecer uma polissemia de significados que se traduzem em insuspeitadas formas de nos relacionar consigo mesmo e com os outros. O que está em jogo certamente é o determinismo que uma vontade de saber instaurou cientificamente e pela qual chegamos a formas de governamentalidade tal como Foucault apresentou através de suas pesquisas.

2.2 A DOBRA ECOESPIRITUAL

Neste jogo o operador virtual do cuidado de si ocupa um lugar destacado, mas curiosamente, é negligenciado pela própria agroecopedagogia emancipatória. De não acontecer isto, talvez os processos de formação e as práticas que envolvem as atividades do professor agroecólogo teriam uma maior preocupação por estimular visões instigantes ante a consolidada historicidade da natureza e na problematização do presente e assim elaborar uma crítica à ecogovernamentalidade veiculada pelo discurso agroecológico e seus regimes de verdade ancorados no sujeito ecológico e no catastrofismo ambiental.

Dito isto, acreditamos traçar uma linha ontológica que vincula de forma problematizadora/transformadora a noção de ecogovernamentalidade e ecoespiritualidade. No percurso deste texto identificamos o problema de uma governamentalidade ecológica fundamentada numa vontade de saber elaborada desde o século XIX, a qual se difundiu por várias trilhas ideológicas durante o século XX ao ponto de alimentar formas de resistência através de um ambientalismo crítico, não obstante, como também foi apresentado, as formas de resistência ecologizadas permitem fortalecer uma economia capitalista da mitigação travestida de *eco* e uma política da vulnerabilidade e da adaptação sobre o catastrofismo climático que perigosamente avança na privatização daquilo que ainda pode ser chamado de comum através de uma astuciosa *ecopaideia* moderna que nos lembra a necessidade de ser cidadãos para manter uma democracia e um *ethos* ambiental. Detendo-nos nesta *paideia* ecologizada se observa seu duplo atual nas práticas agroecopedagógicas aqui estudadas, que reestrutura normas de controle representadas como uma trama onde não existe uma externalidade e mesmo que exista, ela é reincorporada seja pela economia ecológica ou pela ecopolítica, mas que no final existe a suspeita de reinventar a nível planetário a jaula de ferro ou o grande panóptico da mãe terra a cujo berço todos querem voltar em função de salvar a vida, seja esta viva, morta ou ainda por vir,

mas nunca presente. Assim, o desejo de ser eficientemente ecogovernados apagaria a fronteira entre tirania e resistência a favor da primeira e, paradoxalmente, poderíamos falar da eminente chegada de uma catástrofe ambiental, do apocalipse ecológico, do *fim do fim*. Para dizer de outra forma, se existir uma catástrofe ambiental, ela só começará quando o dispositivo ecológico (como a educação ambiental e os enunciados da sustentabilidade, mitigação, adaptação, entre outros) hajam sido o suficientemente espalhados e aceitos pela humanidade.

Não obstante, esta advertência ontológica pode constituir o horizonte de novos discursos e novas problematizações. Em favor da emergência da ecologia é de salientar como no século XX movimentos sociais emergiram desafiando não só o poder econômico, mas militar (a constante ameaça à guerra nuclear), científico e ético da sociedade moderna que deram abertura a uma série de microlutas contra o machismo, o consumismo, o desenvolvimentismo, o colonialismo, etc., que questionaram os padrões até agora existentes nas sociedades ocidentais com os quais o ser humano se relaciona consigo mesmo e com os outros (incluindo nos *outros* a natureza). Enfim, pode-se dizer que o século XXI pode herdar um diagrama do poder orientando o ser em função de outras resistências.

Contudo, certamente uma leitura ontológica da agroecologia, que redundando nas práticas agroecopedagógicas, pode parecer irrelevante. Digamos em resposta a isto que ao nos questionar pelo ser dos entes que compõem a agroecologia encontramos algumas contradições do próprio discurso pedagógico neste campo. Saliente-se como normalmente a agroecologia se posiciona como uma ciência vinculada ao campo da complexidade que tenta superar o positivismo dominante nas ciências da natureza, especificamente, das ciências agrárias. De tal forma que ao incorporar o conceito de sistema este novo paradigma funcionaria com uma maior capacidade na apreensão da realidade e sobretudo como uma poderosa ferramenta na transformação da sociedade. Desde uma leitura da ciência do ser é possível destacar como uma renomeada mudança de paradigma a nível epistemológico ainda está supeditada ao jogo de linguagem imposto há séculos onde homem e natureza se separam criando o artificial e o natural. Mesmo que na produção discursiva da agroecopedagogia, especialmente, no ecofeminismo, se fale da *mãe natureza*, a *natureza como sagrado*, a *terra como um órgão vivo*, isto não deixa de ser metáforas que tentam ilustrar o retorno ao sagrado, um reencantamento do mundo ou um retorno ao romantismo no século XXI. O anterior, além de não contribuir a pensar uma ecoespiritualidade, se opõe a um hermetismo deleuziano sobre a cifra da dobra.

A dobra é uma metamorfose onde a virtualidade se torna real por meio da potência. A evolução se tornou suficientemente mecânica como para esquecer o que há de energia vital no ato de chegar a ser. No ato de envolver/desenvolver, involuir/evoluir que antecede a toda revolução está a dobra. Assim, na borboleta que ao bater suas asas num ponto do mundo cria uma perturbação no universo, antecede a dobra, o desdobrar, o devir da larva. Metamorfose. Uma força vital que modela a matéria criando a síntese orgânica, pelo qual devemos supor a (pre) existência da virtualidade, do espírito, como princípio imaterial da vida que nos remete a uma ontologia selvagem do animismo que copula com o organicismo. A univocidade do ser do homem, ideia que domina os estudos do ser, como matéria sendo animada, encontra aqui seu limite. A matéria é sempre animada, o espírito pode devir razão, sensibilidade ou razão/sensibilidade no devir animal, planta e tantas outras possibilidades do ser. Se existe uma agroecologia dialética que entende a síntese da semente em planta, deverá existir uma agroecologia na perspectiva ecoespiritual cuja ciência menor nos fale da potência do *transformar*, pois

Seja como for, os organismos não teriam por conta própria o poder causal de dobrar-se ao infinito, não teriam o poder de substituir na cinza sem almas-unidades que são inseparáveis deles e das quais eles próprios são inseparáveis. Não há somente pré- formação dos corpos, mas preexistência das almas nas sementes. Não só o vivente em toda parte, mas as almas estão em todas partes na matéria. Então, quando um organismo é chamado a desdobrar suas próprias partes, sua alma animal ou sensitiva abre-se a todo um teatro em que ela percebe e sente de acordo com sua unidade, independentemente de seu organismo e, todavia, inseparável dele. (DELEUZE, 1991, p. 25).

A alma presente na matéria ganha um novo plano ao incorporar a forma humana, daí, nos diz Deleuze, surge o espírito da alma racional diferente da alma afetiva dos animais. Mas contrário ao que pode ser avaliado, a forma animal e a substancialização humana que se apresentam como distintas e inseparáveis podem se projetar uma na outra como num ponto. No que se refere a alma que se singulariza interessa-nos destacar sua relação intrínseca com o ponto de vista. Isto é, a inflexão. A inflexão é uma virtualidade que só existe na alma que a envolve (DELEUZE, 1991), assim o que chamamos de mundo são virtualidades desdobradas que representam o mundo. Uma virtualidade está presente nos entes que nos olham e em seu olhar nos transformam. Frisaremos a virtualidade do afeto presente no olhar animal que devêm homem e transforma essa matéria criando

o mundo animal. Ver através do outro é o ato de ser engolido pelo outro, uma antropofagia já mencionada como princípio ontológico da agroecologia por-vir.

O que sucede então é uma transformação do objeto observado. Ele é modulado de uma outra forma. Traça-se, dirá Deleuze, uma perpendicular às tangentes como lugar de observação, pelo qual somos levados a concluir que uma segunda transformação acontece, mas agora no sujeito que se define a partir de certa forma de olhar, aquilo que alcança um ponto de vista ou “perspectiva seu olhar”. É assim que se desenha a ontologia animista de Deleuze, na capacidade de entrar no mundo do animal, de mergulhar, para usar uma velha metáfora da antropologia moderna, através de uma *antropo-etologia* ou de entrar no mundo da planta por meio de uma *antropo-botânica*:

Se o objeto muda profundamente de estatuto, isso também acontece com o sujeito. Passamos da inflexão ou da curvatura variável aos vetores de curvatura do lado da concavidade. Partindo de um ramo da inflexão, determinamos um ponto... Esse lugar é chamado de *ponto de vista*, na medida em que representa a variação ou inflexão. É esse o fundamento do perspectivismo. Este não significa uma dependência em face de um sujeito definido previamente: ao contrário, será sujeito aquele que vier ao ponto de vista, ou sobretudo aquele que se instalar no ponto de vista. Eis por que a transformação do objeto remete a uma transformação correlativa do sujeito. (DELEUZE, 1991, p. 36. **Grifos do Autor**).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de uma antropologia da diferença na qual o ponto de vista do outro é privilegiado a razão de entender que o outro não é o Outro que nós pensamos. Viveiros de Castro exemplifica este perspectivismo interespecífico sustentado nos povos ameríndios que constitui uma tríade junto com o multinaturalismo e a alteridade canibal. Uma antropologia (agroecologia) a nosso ver de uma radicalidade como *comer o outro* com a qual os sistemas de referência do corpo ocidental são alvo de uma afeição ao ponto de desestabilizar nosso mundo e criar as condições de outro mundo por-vir, onde, qualquer que seja este, deve-se ter a garantia que será diferenciado daquilo que pretende-se construir sobre as mesmas bases ontológicas que se derrubam superficialmente.

Ao localizar as práticas agroecopedagógicas dentro desta perspectiva interespecífica os modelos de instrução e formação são alvo de algumas

perturbações. Lembre-se que a agroecologia se autorrepresenta como resultado de uma formação epistemológica da complexidade cuja articulação entre as ciências humanas e as ciências naturais fornecem as bases para uma apreensão da realidade muito mais abrangente que a fornecida pelas ciências agrárias em geral. Dentro deste tramado disciplinar (a antropologia, a economia e a sociologia) tem subvalorizado o interesse pela capacidade de *mudar o ponto de vista*. Sem elaborar a adequada crítica do colonialismo antropológico, usa-se indiscriminadamente como saber divergente na compreensão da realidade dos outros. Não obstante, do que se trata é de uma antropologia tão nossa que não permite ver a antropologia dos outros. Uma antropologia indígena ante a qual nos é impossível pensar, por exemplo, a própria agroecologia cujo berço de nascimento, nos asseveram os professores agroécólogos, foi carimbado nas comunidades da América mestiça. Dita antropologia dos outros, privilegia o domínio do animismo antes que as separações convencionais de Natureza/Cultura, Objeto/Sujeito, etc. Destarte, o impensado desde nosso sistema de visão é que possa existir no pensamento dos outros, uma antropologia das plantas e dos animais ou uma botânica das pessoas ou, ainda mais radical, uma antro-poetologia do devir-animal que estude as “gentes”. A existência de uma antropologia das plantas só seria pensável ao superar a barreira estabelecida por extensão do dicotomismo natureza/cultura que celebra um suposto multiculturalismo, em função de um multinaturalismo presente na unidade do espírito e na diversidade dos corpos.

O curioso é como nossa complexidade abrangente se nega a fisgar a riqueza etnográfica que insiste em falar das monstruosidades desses Outros mundos. Mas uma antropologia de fluidos orgânicos e materiais, onde as multiplicidades do sensível existem e elas podem ser uma forma de resistir para um falar ético das outras gentes.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Historia de la filosofía**. Barcelona: Hora, 1994. v. 1.
- CAPORAL, R. F.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.
- DELEUZE, G. **A dobra**. Leibniz e o barroco. Campinas: Papirus, 1991.
- DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, São Paulo: Editora 34, 1996. v.3.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos. Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. v. 4.
- GODDARD, J. C. Metafísicas Caníbales. Viveiros de Castro, Deleuze y Spinoza. **Cuadernos de Filosofía latinoamericana**. v. 37, n. 114, p. 205-211, 2016.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação. & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RODRIGUES, T. **Canto da criação e da redenção: uma investigação acerca da natureza e do tempo com ênfase em Heidegger e Deleuze**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013.
- SMITH, A. P. Believing in this World for the Making of Gods: Ecology of the Virtual and the Actual. **SubStance**, v. 39, n. 1, p. 103-114, 2010.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas caníbales**. Líneas de antropología estructural. Madrid: Katz editores, 2010.
- ZÚÑIGA, O. E. M.; et al. **Biotecnología, agrocombustibles y cambio climático: perspectiva crítica**. Palmira: Universidad Nacional Abierta y a Distancia Bogotá; D.C. Colombia, 2015.

ZÚÑIGA, O. E. M. **Virada ecológica e ecogovernamentalidade**: uma analítica foucaultiana do sujeito ecológico na agroecopedagogia pernambucana. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2018.

